



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 59/2017 DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

FORMA DE CONTRATAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2016
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COM O FORNECIMENTO DE LANCHE BOX, <i>WELCOME COFFEE</i> , <i>COFFEE BREAK</i> , COQUETÉIS, REFEIÇÕES E SIMILARES, INCLUINDO TODO O SERVIÇO DE APOIO, COPEIRA E GARÇOM, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO COREN-SP.
FORMA DE FORNECIMENTO:	INDIRETA COM FORNECIMENTO INTEGRAL
REQUISITANTE:	GECOM – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Processo Administrativo nº 120/2016

EMITIDA EM: 01/06/2016.

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, por meio da presente **Autorização de Execução de Serviço (AS)** que equipara-se ao contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, a empresa Styl Line Feiras Eventos e Promoções Ltda - ME, CNPJ nº 09.247.422/0001-30, sito a Rua Gaspar Barreto, 59 – São Paulo/SP, Telefones (11) 3796-6368 e (11) 7854-7008, e-mail: stylline@stylline.com.br, a fornecer os Serviços conforme descrito abaixo.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO,

1.1. Prestação de serviços de buffet, com o fornecimento de lanche box, *welcome coffee*, *coffee break*, coquetéis, refeições e similares, incluindo todo o serviço de apoio, copeira e garçom, para a realização de eventos do Coren-SP.

DATA E LOCAL DO EVENTO:

Encontro das Comissões de Ética da Medicina e da Enfermagem para debater a violência contra os profissionais de saúde.

Data 05/06/2017.

Local: Auditório Vermelho – Paço Municipal de Campinas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. VALOR DO PEDIDO

ITEM	TIPO DE EVENTO E CATEGORIA	QTDE. EVENTO	QTDE. PESSOAS	VALOR POR PESSOA	VALOR TOTAL POR EVENTO
08	Welcome Coffee D	01	251	R\$ 24,50	R\$ 6.149,50
VALOR TOTAL DO PEDIDO: R\$ 6.149,50 (seis mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)					

2.1. Os valores e as condições ora estabelecidos estão conforme a Proposta de Preços encaminhada pela licitante na sessão do Pregão, que vincula-se ao Edital e a seus Anexos em todos os termos.

2.2. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com a prestação de serviços/entrega do objeto contratado, tais como mão de obra, materiais, equipamentos, tributos e todas as despesas diretas e indiretas.

3. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

3.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

3.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites legalmente estabelecidos.

3.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas através do Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.039 – Exposições, Congressos, Conferências, Seminários e Cursos.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. O objeto deverá ser entregue de forma conforme a necessidade, a partir de requisições que serão enviadas por meio eletrônico.

5.2. Os serviços serão prestados em qualquer das unidades do Coren-SP (Sede, Coren-SP Educação, Subseções e NAPes, considerando a proporção da Tabela 1 constante no Anexo II – Especificações Técnicas) ou em outros locais não definidos, dentro do Estado de São Paulo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.3. A data, o período, o horário e o local de realização de cada evento serão estipulados na Autorização de Execução de Serviço emitida pela Contratante, que deverá ser comunicada à Contratada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos.

5.4. Hipóteses e prazos para substituição dos materiais/refazimento dos serviços:

5.4.1. Em caso de serviços prestados inadequadamente ou fora das especificações do Edital e seus Anexos ou, ainda, que não surtirem os resultados pretendidos com a contratação, a Contratada deverá sanar os problemas imediatamente contados do recebimento da notificação.

5.4.2. Para os itens que apresentarem **falha ou vício de fabricação**, a Contratada deverá efetuar a substituição do item imediatamente à notificação.

5.4.3. Todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de serviços/itens nas hipóteses descritas acima correrão por conta da Contratada.

5.4.4. A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.

5.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

5.6. Permanecendo irregularidades, quanto à especificação do objeto, execução inadequada dos serviços falhas ou vícios, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. Na ocasião da entrega do objeto, a Contratada deverá:

5.7.1. Apresentar a nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento.

5.7.2. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).

5.7.2.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.7.3. Manter a regularidade fiscal/ trabalhista e apresentar, se solicitado pelo fiscal da contratação, as certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

5.7.3.1. Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

5.7.3.2. Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

5.7.3.3. Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.7.3.4. Às Fazendas Estadual e / ou Municipal;

5.7.3.5. Aos Débitos Trabalhistas.

5.8. A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.

5.9. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:

5.9.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;

5.9.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, regularidades fiscais, relatórios e outros).

5.9.3. Expirado o prazo supramencionado e não ocorrendo a conformidade, o documento fiscal deverá ser cancelado, devendo ser reemitido apenas quando da regularização.

5.10. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

6. PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

6.2. A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos/serviços prestados não correspondem às especificações exigidas no Edital e apresentadas na proposta.

6.2.1. Não ocorrendo o pagamento, a Contratada não terá direito à compensação financeira ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

alteração de preços.

6.3. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

6.4. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

6.5. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realização dos serviços.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

7.3. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.

7.4. Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.

7.5. Solicitar a substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Termo de Referência e Especificações Técnicas do Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 7.6.** Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.
- 7.7.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas deste Instrumento e com os termos de sua proposta.
- 7.8.** Os representantes do Coren-SP, responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 7.9.** Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos entregues nos prazos e condições estabelecidos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** Caberá à Contratada, a partir do recebimento desta Autorização e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital da licitação:
- 8.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.
- 8.3.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.
- 8.4.** Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.
- 8.5.** Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.
- 8.6.** Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.7.** Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.
- 8.8.** Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 8.9.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 8.10.** Comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando cabível, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.
- 8.11.** A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:
- 8.11.1.** Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

decorrentes desta aquisição.

8.11.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.

8.11.3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

8.11.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

8.11.5. Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição.

8.11.6. Transporte e deslocamento interno e externo de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pela integridade dos itens entregues, bem como pelo seu manuseio nas dependências do local de realização do evento.

8.11.7. Transporte e deslocamento de seus colaboradores, quando couber, para execução dos serviços.

8.12. Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:

8.12.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta aquisição.

8.12.2. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas.

8.12.3. Providenciar o transporte, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais nos endereços indicados neste instrumento e/ ou pela Contratante.

8.12.4. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.

8.12.5. Instruir seus empregados/colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante.

8.12.6. Manter os colaboradores devidamente identificados durante a execução do serviço, quando ocorrer nas dependências do Coren-SP.

8.12.7. Informar previamente ao Fiscal do Coren-SP, se a Contratada necessitar de vagas para



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estacionamento dentro do Coren-SP para a execução do serviço.

8.12.8. Efetuar o serviço com o sigilo necessário.

8.13. São expressamente vedadas à Contratada:

8.13.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução decorrente do pregão.

8.13.2. A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

8.13.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

8.14. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

9. SANÇÕES

9.1. Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e ser descredenciada do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

9.1.1. Não confirmar o recebimento da Autorização de Execução de Serviço e da Nota de Empenho, nos termos e prazos contidos no Edital;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.4. Falhar na execução do instrumento contratual;

9.1.5. Fraudar na execução do instrumento contratual;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.7. Cometer fraude fiscal;

9.1.8. Fizer declaração falsa.

9.2. Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3. Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 9.1.3 e 9.1.4, será aplicada multa nas seguintes condições:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.3.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

9.3.1.1. Em caso de atraso que ultrapasse 50% do tempo total do evento, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do serviço, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;

9.4. Para os casos de descumprimento contratual parcial, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a gradação constante na Tabela 2.

TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
01	Atraso no início das atividades	Por hora	02
02	Permitir a presença de colaboradores trajando uniforme inadequado ou mal apresentado.	Por pessoa / ocorrência	01
03	Permitir a presença de colaboradores sem crachá de identificação.	Por pessoa / ocorrência	01
04	Permitir a presença de colaboradores sem qualificação para executar os serviços contratados.	Por pessoa / ocorrência	01
05	Entregar material em quantidade inferior ao contratado.	Por item/ ocorrência	01
06	Entregar material desconforme ou com qualquer divergência de funcionalidade.	Por item/ ocorrência	01
07	Entregar material desconforme ou com qualquer divergência de tamanho ou qualidade.	Por item/ ocorrência	01
08	Entregar alimento ou bebida fora do prazo de validade.	Por item/ ocorrência	02
09	Entregar alimento ou bebida mal acondicionados/refrigerados.	Por item/ ocorrência	02
10	Entregar alimentos e/ou bebidas em quantidades inferiores ao contratado.	Por item/ ocorrência	02
11	Entregar alimentos e/ou bebidas com qualidades inferiores ao contratado.	Por item/ ocorrência	02
12	Entregar alimentos ou bebidas com divergências quanto a variedade, sabor, odor ou textura dos alimentos contratados.	Por item/ ocorrência	02



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13	Apresentar material de infraestrutura em desacordo com o especificado ou inadequado para o apoio e suporte dos serviços oferecidos, como, por exemplo, toalhas, guardanapos, copos, talheres e outros objetos do item 10.1 do Anexo II deste edital em mal estado de conservação ou uso.	Por item/ ocorrência	01
----	--	-------------------------	----

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	3.5% (três e meio por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual
02	5% (cinco por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual

9.5. Para as demais condutas, e para os casos descritos nas alíneas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento Contratual.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

9.6.1. A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

9.6.2. Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

9.6.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrada judicialmente.

9.7. Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais penalidades descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art.28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.

9.8. Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

9.9. As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

9.9.1. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.

9.9.2. A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

9.9.3. Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

9.10. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

9.10.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 e nº 7892/2013, bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas nesta Autorização de Execução de Serviço.

11. DO FORO

Fica estabelecido o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.